

ATA DA 030ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 11 DE ABRIL DE 2012
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO GELSON MERISIO

Às 10h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Guidi - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dieter Jansen - Dirce Heiderscheidt - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Elizeu Mattos - Gelson Merisio - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Moacir Sopelsa - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Romildo Titon - Serafim Venzon - Valmir Comin.

SUMÁRIO

Partidos Políticos

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Cumprimenta o deputado Reno Caramori pelo título de Cidadão Catarinense.

DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHIEDT - Parabeniza o deputado Reno Caramori pelo título de Cidadão Catarinense.

DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Condena a facilidade com que motociclistas obtêm habilitação para pilotar motos de grande porte.

DEPUTADO NEODI SARETTA - Reporta-se ao Orçamento Regionalizado.

DEPUTADO DARCI DE MATOS - Cumprimenta o deputado Reno Caramori; reporta-se a editorial do jornalista Moacir Pereira, no *Diário Catarinense*.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI (aparte) - Congratula-se com o deputado Darci de Matos.

DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Aborda a questão da mobilidade urbana na capital.

DEPUTADO ALDO SCHNEIDER (aparte) - Solidariza-se com o deputado Carlos Chiodini.

DEPUTADO VALMIR COMIN - Manifesta-se com relação à questão da mobilidade urbana no estado.

Explicação Pessoal

DEPUTADO MOACIR SOPELSA (pela ordem) - Registra a presença do conselheiro Luiz Suzin Marini.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH (pela ordem) - Cumprimenta Luiz Suzin Marini e registra a presença do vereador Justino Pereira da Luz, de Jaraguá do Sul.

DEPUTADO NEODI SARETTA (pela ordem) - Registra a visita à Alesc de comitiva liderada por vereador de Araranguá.

DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Posiciona-se a respeito da qualidade da educação em SC.

DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Aborda o problema dos avicultores da região de Jaraguá do Sul; elogia o governo federal pelo corte nos juros.

DEPUTADO DIETER JANSSEN - Parabeniza o deputado Reno Caramori pela homenagem recebida; analisa as necessidades dos agricultores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo deputados do PMDB que queiram fazer uso da palavra, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Sr. presidente, quero aproveitar a oportunidade para dizer que, ontem, foi prestada uma homenagem ao deputado Reno Caramori, um dos mais jovens catarinenses. Todos tivemos a oportunidade de ser representados pelo deputado Silvio Dreveck, através da sua fala, mas quero aproveitar esse momento para cumprimentar v.exa., deputado Reno Caramori, e dizer que é um prazer tê-lo como cidadão catarinense.

Sabemos que muitos gaúchos que queriam ir para o Paraná e para o Mato Grosso cansaram e aqui em Santa Catarina ficaram. Mas tenho certeza de que v.exa. foi um dos não ficaram cansados e veio para nos ajudar. E o exemplo disso são os seus mandatos na Assembleia Legislativa de Santa Catarina e a sua vida pública.

Parabéns, deputado Reno Caramori!

A Sra. Deputada Dirce Heiderscheidt - Peço a palavra, pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - Com a palavra, pela ordem, a sra. deputada Dirce Heiderscheidt.

A SRA. DEPUTADA DIRCE HEIDERSCHEIDT - Gostaria de parabenizar o deputado Reno Caramori por este título tão importante. E aproveito também para parabenizar o nosso presidente pela campanha de Adoção Laços de Amor, que ontem teve um momento muito especial no *Jornal Nacional*.

Quero deixar registrada a minha felicidade. E parabenizá-lo mais uma vez por essa sua atitude, pelo seu empenho junto a essa campanha.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gelson Merisio) - O nosso empenho, deputada, pois v.exa. também faz parte integrante do processo... De fato ontem foi um dia importante para nossa Casa.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSDB.

Com a palavra o sr. deputado Nilson Gonçalves, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO NILSON GONÇALVES - Sr. presidente, faço minha as palavras da deputada Dirce Heiderscheidt. Sinto-me bastante orgulhoso das iniciativas que s.exa. tomou e também do título meu amigo Reno Caramori que está no seu 6º mandato e quase faz parte da cultura desta Casa, pelos anos que está aqui. É um título extremamente merecido. Eu não conhecia o seu irmão e ontem tive a oportunidade de conhecê-lo. Ele tem um estilo de senador, deputado Reno Caramori, pela forma como fala, pela postura. É uma família realmente que não é fraca.

Em decorrência da não presença do nosso companheiro do PSDB, aproveito para dizer que utilizarei a tribuna na semana que vem, sr. presidente, para falar acerca do levantamento de um material muito interessante, de um deputado federal de São Paulo que está entrando com um projeto para que a Carteira de Habilitação para motociclista seja dividida em três partes ou em três fases. Habilitação categoria A, categoria B e categoria C, para poder diferenciar ou pelo menos restringir o uso da motocicleta pelas suas cilindradas, porque um garoto de 19 ou 20 anos, que mal saiu de uma autoescola onde foi retirar sua Carteira de Habilitação...

É um absurdo a pessoa aprender a pilotar uma motocicleta fazendo um oito dentro do pátio. E outra coisa que também ensinam para o motociclista é que quando ele parar tem que colocar o pé esquerdo no chão, para se apoiar. Esses são

ensinamentos que nada, exatamente nada têm com a realidade do nosso dia a dia nas ruas. E esses meninos pegam a Carteira de Habilitação e muitas vezes com o poder aquisitivo bom da família acabam tendo acesso a motos de 1.000, 1.200 cilindradas. São motos esportivas que comumente, no meio, chamamos de *bikes*. As famosas *bikes* são verdadeiras réplicas de motos de corrida.

Neste fim de semana tive o desprazer de ver mais três jovens na minha região perdendo a vida por conta dessa insanidade. Um menino, com a prima, de 22 anos na garupa, com uma dessas motos, ou dessas réplicas de motos de corrida, na cidade de São Francisco do Sul, uma pista normal, numa velocidade de 170km/h ou 180 km/h, e ainda assim é pouca velocidade para aquele tipo de moto. Eu mesmo usava aquele tipo de moto, e conheço. Tive uma que alcançava 310km/h; são verdadeiros foguetes.

Eles estavam saindo de São Francisco, talvez tivessem acabado de almoçar, e ao ultrapassar um carro, que cortou a sua frente para convergir à esquerda, não deu tempo, foi um estrondo, o moço voou longe e morreu! A garota muito linda, parece uma modelo, está no hospital com traumatismo craniano. Está toda quebrada e se morrer vai ficar melhor do que se continuar viva, pela situação que ficou, porque provavelmente vai ficar em uma cadeira de rodas, ou com auxílio de aparelhos etc.

Em Itapoá, também no final de semana, um garoto andava com uma dessas motos velozes na via principal, mas veio um menos avisado e avançou a preferencial. Devido à velocidade do rapaz houve também aquele estrondo e voou 200m adiante com morte instantânea. E assim vem acontecendo.

Esse projeto do deputado federal de São Paulo visa justamente restringir a primeira habilitação às motos. Se não estou enganado, até 500 cilindradas, ou até 250 cilindradas, não sei bem. Eu estou com todo esse material, e na semana que vem vou trazer aqui para me aprofundar mais nesse assunto que eu acho muito interessante, porque talvez os senhores não saibam, mas chegaremos muito próximos dos 20 milhões de motocicletas no

Brasil. Inclusive, mais ou menos 50% das cidades brasileiras estão tendo mais motocicletas do que carros vendidos. No nordeste então é um verdadeiro formigueiro e lá não se atenta muito para a questão de capacetes.

Então, quero entender que esse projeto que será levado ao Congresso Nacional, à Câmara Federal, vai dar um discernimento melhor, pois o cidadão vai tirar uma carteira de habilitação, primeiro, e irá andar com uma moto de baixa cilindrada, quando tiver prática, irá passar por outro teste para conseguir uma moto de 250, 500 cilindradas. Depois de alguns anos, irá conseguir a habilitação para pilotar uma moto de 1.000 cilindradas ou, pelo menos, terá que passar por alguns testes. E o que de repente é um hábil piloto e não pode tirar a carteira, aí vem o problema, deveria passar por um teste mais aprofundado.

É impressionante, o cidadão vai tirar a carteira de motociclista, fica fazendo oito no pátio da autoescola, mas nem o instrutor sai com ele na garupa, não se arrisca. O certo seria colocar o instrutor, já que ele está preparado, está no fim do curso, na garupa e dar uma volta na cidade para ver como ele age. Mas não se arrisca, porque sabe que é perigoso uma pessoa recém-saída de uma autoescola dirigir no centro de cidade.

Então, acredito que isso irá realmente ajudar, não irá diminuir tanto, mas vai melhorar substancialmente os problemas de mortes no trânsito provocadas pelo motociclista.

Quero dizer também que não são apenas os motociclistas, há muita gente comprando carro sem a menor noção do que é andar numa estrada. Viajei, agora, nesse final de semana, de moto para o Rio Grande do Sul e tive a oportunidade de ver muita gente que deveria estar numa carroça andando com dois cavalos em vez de estar num carro.

Trarei a esta Casa, na semana que vem, esse assunto, de maneira mais aprofundada, trazendo estatísticas para os senhores, porque é interessante, é um assunto de extrema relevância, porque estamos enchendo os nossos hospitais e

cemitérios de jovens. Portanto, vamos voltar ao assunto.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Consulto o seu líder para saber se algum deputado fará uso da tribuna.

(Pausa)

Com a desistência do PMDB, o próximo partido será o PT.

Com a palavra o deputado Neodi Saretta por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, srs. e sras. deputadas, catarinenses que acompanham esta sessão, estivemos há pouco na reunião da comissão de Finanças e Tributação e Orçamento desta Casa Legislativa, na qual aprovamos o calendário das chamadas audiências do Orçamento Regionalizado.

Houve um debate sobre a questão do melhor horário, dos melhores dias. Acho isso salutar, mas quero abordar aqui que no meu entendimento o ponto principal a ser discutido para que efetivamente haja uma participação melhor da sociedade é o comprometimento na execução das obras decididas.

O Orçamento Regionalizado é uma experiência aprovada pela Assembleia Legislativa de Santa Catarina, e tem sido colocada em prática nos últimos anos, mas que precisa ainda de uma efetiva decisão política de execução das obras escolhidas.

Na reunião desta manhã também recebemos o relatório do que já foi empenhado até o presente momento das obras decididas no Orçamento Regionalizado. Claro, estamos apenas no mês de abril, considerando o ano todo para o empenho, mas percebemos que o ritmo dos empenhos das obras do Orçamento Regionalizado é semelhante aos anos anteriores, e se continuar assim, chegaremos novamente ao final do ano com um índice que talvez

não chegue a 50% daquilo que foi decidido no Orçamento Regionalizado devidamente empenhado.

Digo isso porque precisamos, tenho certeza e convicção disso, que quanto mais reforçarmos a participação da sociedade catarinense, melhor será para o nosso estado e para o próprio governo, inclusive. E o Orçamento Regionalizado é um dos poucos mecanismos que dispõem a sociedade catarinense de efetiva participação nas decisões do governo.

Nós, ao analisarmos aquilo que foi decidido em cada uma das regionais, percebemos que algumas dessas decisões, algumas dessas obras, são reivindicações antigas, históricas, da comunidade, outras são mais recentes. Cotejando o empenho realizado até o presente momento verificamos que praticamente apenas algumas reformas de escolas têm esses empenhos realizados.

Permitir a participação da comunidade é importante. Temos exemplos em prefeituras que demonstram que onde se faz uma efetiva participação e se cumpre o decidido, o número de pessoas, deputado Padre Pedro Baldissera, aumenta na participação popular. V.Exa. foi prefeito de Guaraciaba, aplicou lá o Orçamento Participativo e sabe disso. E nós podemos, inclusive, fazer o comparativo com o estado.

Nobres deputados, três mil ou duas mil pessoas participaram do Orçamento Regionalizado. E isso não é pouca gente. É um extrato bem representativo da comunidade. Mas a título de comparativo, na administração municipal de Concórdia, aplicamos o Orçamento Participativo, e continua sendo utilizado ainda, e temos uma participação de sete a oito mil pessoas por ano. Portanto, só em Concórdia dá o dobro da participação do Orçamento Regionalizado. E por quê? Exatamente pelo compromisso do cumprimento das obras decididas ali. É claro que há uma diferença entre Orçamento Regionalizado do estado, que envolve o estado inteiro, inclusive em regiões que têm municípios até distantes um do outro, apesar de pertencer à mesma regional, quer dizer, há diferença entre uma região e um município, mas o princípio é o mesmo!

A participação popular efetivamente se dá na medida em que tivermos a credibilidade, deputado Reno Caramori, daquilo que efetivamente é executado.

É claro que poderíamos, então, em face disso, reforçar os discursos de que temos que acabar com o Orçamento Regionalizado. Ora, se dermos vazão a esse discurso, terminaremos com uma das poucas formas de participação popular em Santa Catarina. Por outro lado, quando verificamos que 35% ou 40% do que foi decidido foi executado, no comparativo com prefeituras que executam o Orçamento Participativo e executam 100%, podemos dizer que é pouco executado. Mas no comparativo com quem não pratica nenhum tipo de gestão popular podemos dizer que 40% do decidido foram executados, o que não é desprezível, deputado Reno Caramori, porque se não houvesse o Regionalizado teríamos zero de execução, de decisão popular. Se chegarmos a 40%, 50%, pelo menos, já temos uma parcela atendida. Eu defendo que sejam 100%, mas repito que isso não é desprezível. É importante!

Por isso, sr. presidente e srs. deputados, queremos reforçar a ideia de que o Orçamento Regionalizado deve continuar existindo, mas o nosso sonho, o nosso desejo, é que o governo encampe efetivamente como uma prioridade, pois aí, sim, poderemos, nas reuniões regionais, agir como interlocutores no sentido de demonstrar a quantia de recursos disponíveis, a quantia de recursos que pode ser alocada para as obras, a fim de que, efetivamente, aquilo que for decidido esteja dentro da previsão orçamentária. Obviamente, sabemos que o dinheiro tem um limite, e dentro desse limite devemos tomar as decisões relativas às obras e aos serviços.

Portanto, sr. presidente, srs. deputados, desejo que nessas reuniões do Orçamento Regionalizado possamos reforçar a ideia da participação da sociedade catarinense no governo. Precisamos principalmente que o governo banque as deliberações como sendo realmente decisões populares, comunitárias, democráticas, e faça todo o esforço necessário para executá-las, se possível

em 100% ou então que pelo menos ultrapasse essa barreira histórica de 40%, fazendo uma evolução e dando uma prova à sociedade catarinense de que também quer a efetiva participação da comunidade nas suas decisões.

Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o deputado Darci de Matos, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, srs. deputadas, sras. deputadas, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, inicio o meu pronunciamento no espaço do PSD fazendo menção ao título que v.exa. recebeu nesta semana desta Casa, o título de Cidadão Catarinense.

Deputado Reno Caramori, esse título é concedido às pessoas que efetivamente contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população de Santa Catarina, e v.exa tem uma história, tem experiência, sensibilidade, uma atuação parlamentar e comunitária exemplar, além de ser um pai de família honrado e um cidadão digno.

Eu não pude ficar e durante toda a sessão, mas participei de uma parte da sessão memorável, histórica, que contou com a presença de seus amigos e familiares.

Queremos externar, em nome da bancada do PSD, a nossa felicidade, os nossos aplausos, os nossos parabéns pelo recebimento desse título, dessa homenagem marcante na sua vida pública, familiar e profissional, deputado Reno Caramori.

Desejo também fazer menção, Deputado Dieter Janssen, v.exa. que tem uma ligação forte com os trabalhadores e também com a comunidade empresarial de Jaraguá do Sul, ao editorial do renomado jornalista Moacir Pereira no *Diário Catarinense* de hoje. E aí não posso deixar de mencionar os nobres deputados do Partido dos

Trabalhadores, que estão presentes nesta sessão e que compõem a bancada petista em Santa Catarina.

Já tínhamos essa notícia ontem à noite, mas o editorial faz um relato demonstrando que os dias de hoje e amanhã poderão ser históricos, positivamente ou negativamente, para Santa Catarina, porque, ao contrário do que vinha sendo tratado, o governo federal mudou ontem a rota da condução no que diz respeito ao Projeto de Resolução n. 0072, que tramita no Senado, que prevê a unificação da alíquota de ICMS em 4% para todos os estados. Isso significa o caos para o Espírito Santos, para Goiás e, sobretudo, para Santa Catarina, porque estamos constituindo num dos polos portuários mais importantes do mundo. Temos uma alíquota diferenciada e estamos atraindo empresas para o nosso estado, mas com essa resolução corremos o risco de absurdamente transformarmos os nossos portos em pesque e pague, no futuro.

Esse assunto é grave, requer reflexão e uma mobilização. O governador está em Brasília, o senador Luiz Henrique da Silveira está ajudando, bem como outros governadores, porque, segundo a informação que temos da coluna e de algumas lideranças políticas, o governo pretende aprovar a matéria nas comissões e em plenário ainda hoje.

Isso não pode acontecer, deputado. Nós precisamos da ajuda da ministra Ideli Salvatti, da sensibilidade da presidente Dilma Rousseff, que nos está orgulhando por ser firme, honesta, corajosa, discreta. E essa é a opinião de praticamente 90% do povo brasileiro. Santa Catarina poderá vivenciar a partir da aprovação dessa resolução um caos econômico e social. E poderemos perder grandes empresas, grandes investimentos. Inclusive, hoje o jornal *A Notícia* traz a possibilidade da instalação de uma montadora de caminhões em sua cidade, Lages, deputado Elizeu Mattos, e v.exa. tem participado desse processo, articulado pelo nosso competente governador Raimundo Colombo.

Então, faço menção a esse momento tenso, preocupante. Este Parlamento, sobretudo a bancada

do PT, tem tido uma relação excepcional com o governo Raimundo Colombo, uma postura inteligente, proativa; e a presidenta Dilma Rousseff tem atendido bem ao nosso governador para que possamos, quem sabe, utilizar as nossas forças no sentido da não aprovação dessa resolução.

Eu vejo na argumentação do ex-governador Luiz Henrique da Silveira, e ele fala com razão, que o processo assustador de desindustrialização que vive Santa Catarina e o Brasil não diz respeito a essa questão, têm outros motivos, como, por exemplo, a questão da elevada carga tributária absurda, a questão da variação do câmbio, a questão de falta de investimento tecnológico e a questão secular da falta de investimento e infraestrutura neste país.

Fomos numa comitiva a Dubai, e lá o governador fez uma bela exposição das condições econômicas, sociais, políticas, de Santa Catarina, enfim, mostrou os nossos índices que são excepcionais, o IDH que se equipara ao índice de países desenvolvidos do mundo. Após a bela exposição, o governador falou da possibilidade de os empresários daquele país investirem em Santa Catarina. E, pasmem os senhores, com certa dose de razão, os empresários que estavam atendendo-nos e as autoridades disseram que já haviam pensado em investir no Brasil, mas desistiram porque as questões aqui são muito demoradas, muito difíceis, no que se refere à parte ambiental, de infraestrutura e jurídica e que não existem garantias, não há consistência. Ao ouvimos esse relato, baixamos a cabeça e fomos embora.

Esses são os motivos que Santa Catarina e o Brasil estão provocando, como disse o governador, o processo assustador de desindustrialização. Agora, precisamos fazer uma cruzada, hoje, e ficar atentos para que possamos reverter essa Resolução n. 72 a nosso favor, em que vão concentrar a economia do Brasil no eixo Rio/São Paulo e deixar Santa Catarina e alguns outros estados numa situação de calamidade pública em termos econômicos e sociais.

O Sr. Deputado Altair Guidi - V.Exa. me permite um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Altair Guidi - Deputado, acho o seu pronunciamento de grande importância pelo momento que estamos vivendo em Santa Catarina, em função dessa unificação de ICMS de importação.

Santa Catarina deveria, neste momento, aproveitar essas negociações para fazer com que se instale de fato a ZPE de Imbituba. Acho que é um momento muito forte para se negociar isso. E isso tem sido assegurado, principalmente e fundamentalmente em São Paulo, por causa da concorrência.

Então, acredito que este é o momento propício para o governo federal dar condições de que se instale a ZPE de Imbituba. Isso traria para o sul de Santa Catarina um pouquinho daquilo que merecemos com relação ao norte do estado. Acho de fundamental importância para quem está negociando com o governo federal, neste momento, que inclua a ZPE, pois ela não tem saído somente porque São Paulo não deixa. E tenho certeza e convicção disso, pois no período que passei na secretária de Planejamento vi que esse assunto estava sempre travado pela posição do estado de São Paulo.

Então, acredito que é o momento oportuno.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Deputado, sem dúvida alguma, a discussão com o governo federal estava sendo tratada na linha da gradualidade, ou seja, da unificação gradativa das alíquotas do ICMS, associada a uma discussão de compensação que passa pelo pleito que v.exa. acabou de coletar sobre o sul do estado e outros pleitos de Santa Catarina.

Mas o que vimos no dia de ontem, sr. presidente e deputado Dieter Janssen, foi uma guinada da área econômica do governo com a possibilidade da aprovação dessa resolução, o que poderá significar uma situação de calamidade pública da economia do estado de Santa Catarina.

Nós poderemos perder no orçamento do estado, por ano, cerca de R\$ 1 bilhão. Isso é um absurdo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) -
Muito obrigado, deputado Darci de Matos.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PPS.

Com a palavra o deputado Altair Guidi, por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. Deputados, esse é aquele problema que encontramos sempre. E como diz aquele velho ditado, que a corda sempre estoura no ponto mais fraco. Esse é o ponto mais fraco nessa luta do ICMS. Evidentemente o grande problema é que São Paulo quer concentrar tudo naquele estado, e os demais acabam por perder.

Mas quero apresentar, sr. presidente, há dias, um estudo que tenho feito na área da Educação já que em Santa Catarina todas as pessoas, hoje, têm condições de acesso à escola. Isso é quase universal. Os índices de analfabetismo em Santa Catarina estão em torno de 1,7, o que é muito bom para o estado. Porém, acredito que está na hora de fazermos um estudo e um trabalho no que se refere à qualidade da educação. País nenhum, com os índices de desenvolvimento que temos, com o PIB que temos, está nessa condição quando se fala em educação.

Quanto à educação na América do Sul, não estamos melhor do que nenhum país; na América Latina apenas ganhamos do Haiti. Então, tenho desenvolvido esse trabalho e acompanhado nesses meus 40 anos de vida pública essa situação.

Você vê o governo federal com seu plano de educação, o município com o seu plano de educação, e eles se gabam dos feitos na educação. Mas há países que saíram do atraso econômico. E talvez o desenvolvimento econômico sem sustentação, sem base na melhoria da qualidade de vida, na boa distribuição dos recursos, não venha ao encontro daquilo que o ser humano mais deseja.

Acompanhamos uma série de trabalhos durante nossa vida pública e vimos alguns exemplos de

desenvolvimento, como o que houve na Coreia do Sul. Lá o que houve? A Coreia do Sul é um país em que a qualidade vida é semelhante à do estado de Santa Catarina. E o PIB interno do referido país desenvolveu-se pelo investimento forte na qualidade da educação.

Vejamos a China de hoje, um gigante analfabeto que se está tornando a segunda maior potência econômica da face da Terra, o que já preocupa os Estados Unidos e a Europa. Mas qual é o segredo desses países para alcançar esse avanço? O segredo foi e sempre será a melhoria na qualidade da educação. E o que estamos fazendo para competir com essa gente? Aparentemente muito pouco!

Nos próximos pronunciamentos que farei sobre esse assunto, trarei dados e elementos que vão dar melhores esclarecimentos a respeito. Temos a pretensão de despertar aqui, na Casa do Povo, essa necessidade para a própria secretaria de estado da Educação, bem como a dos municípios.

Aqui desta tribuna alguns empresários, há seis, sete anos, já chamavam a atenção para o problema da educação em nosso estado, haja vista que estamos importando hoje até mão-de-obra. Isso é incrível, mas é uma realidade.

Voltando a falar sobre o problema do ICMS, da unificação dessa portaria, desse documento que o Senado, a toque de caixa, quer aprovar esta semana, acredito que temos forças, condições, argumentação, para discutir isso melhor. Há tanta coisa parada no Congresso Nacional e não é agora, a toque de caixa, que vão aprovar essa resolução que vem em detrimento dos estados que fazem importação.

Temos na América do Sul a melhor costa, os melhores portos, para que se desenvolva este estado. E nós do sul, principalmente, sabemos que temos o melhor porto do hemisfério sul, da face da terra, que é o porto de Imbituba. No entanto, não estão dando condições para que aquele porto desenvolva o seu potencial.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Obrigado, sr. deputado.

Dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PMDB.

Com a palavra o deputado Carlos Chiodini, por até 12 minutos.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Sr. presidente, srs. deputados, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital, usando hoje o tempo do nosso PMDB, volto a esta tribuna para falar novamente sobre o que considero ser o grande desafio da administração pública, seja nos municípios, na esfera estadual e federal, que é a questão da mobilidade urbana. E um novo fato já se concretizou e está vigente, o qual gostaria de discorrer.

(Passa a ler.)

"Em janeiro deste ano foi sancionada a Lei Federal n. 12.587, que entrou em vigor no dia 3 de abril último, estabelecendo princípios, diretrizes e instrumentos para que os municípios venham planejar um sistema rápido e eficaz de tráfego, evitando filas, constrangimento, bem como um transporte coletivo capaz de atender às pessoas e contribuir de forma sustentável para o desenvolvimento urbano.

Segundo dados da revista CNT - Confederação Nacional dos Transportes - que recebemos mensalmente, na edição do mês de abril de 2012, a evolução total da frota de veículos no Brasil simplesmente dobrou de 2002 para cá. Em 2002, tínhamos uma frota superior a 34 milhões, e em 2010 já eram mais de 70 milhões de veículos rodando no país.

A política nacional de mobilidade urbana entra em vigor num momento crucial. O Brasil tanto quanto Santa Catarina convivem com um cenário desolador, onde os investimentos em transportes públicos são precários e com as mais altas tarifas do mundo.

Pelo levantamento feito pela Agência Nacional de Transportes Públicos - ANTP -, nossas tarifas chegam ao patamar de 16% mais caras que em muitos

outros países. Isso se deve à falta de planejamento das cidades e à forma inadequada de implantação dos sistemas de transporte coletivo.

A Lei n. 12.587 iniciou sua tramitação em 1995, pelo então deputado Alberto Goldman. Mas foi muito mais de uma década para, então, em 2012 entrar em vigor. Essa lei prioriza o transporte coletivo público e não motorizado, deixando em segundo plano os veículos individuais, particulares e motorizados.

Dessa forma, acaba fazendo com que o poder público, órgãos e entidades ligadas ao trânsito descubram mecanismos para garantir a oferta de gratuidades e a manutenção de passagens acessíveis nos meios de transporte coletivo”.

O Sr. Deputado Aldo Schneider - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Aldo Schneider - Deputado Carlos Chiodini, esse assunto que v.exa. trata no nosso plenário, nesta manhã, é pertinente ao mundo inteiro, porque hoje a maior dificuldade nos grandes centros urbanos do mundo é a questão da mobilidade. Evidentemente que v.exa. traz um assunto extremamente pertinente e que em Santa Catarina, obviamente, há algumas cidades muito estranguladas pelo trânsito, e a solução para a boa mobilidade urbana depende de uma ação mais forte do poder local. Mas, de qualquer forma, este é o momento em que temos que começar a nos preocupar, até porque temos que adaptar os planos diretores das nossas cidades a essa nova realidade. E brevemente isso vai ficar insustentável nos grandes centros, como nos municípios de Joinville, Florianópolis, Blumenau e Jaraguá do Sul, que também já sofrem com essa questão da mobilidade.

Entendo que o seu pronunciamento, nesta manhã, é extremamente pertinente, no sentido de chamarmos a atenção, através desta tribuna, dos administradores municipais, até porque estamos vivendo um momento eleitoral em que os pré-candidatos se propõem, através de sua ação como pré-candidato e logo depois como candidato, a

resolver os problemas das suas cidades. E essa questão da mobilidade urbana tem que estar tão presente quanto está a educação, a segurança pública e a saúde.

Parabenizo v.exa. exatamente porque é um tema que estamos tratando num momento oportuno, pertinente, para despertar o interesse dos pré-candidatos das grandes cidades.

Parabéns pela sua ação, sr. deputado.

O Sr. Deputado Valmir Comin - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Valmir Comin - Deputado Carlos Chiodini, quero parabenizá-lo pelo tema palpitante, atual e muito pertinente, embora tenha sempre colocado que o equívoco do sistema modal e intermodal ocorrido no Brasil, principalmente depois dos anos 60, era de que tínhamos uma malha ferroviária de 33.000Km e reduzimos para 22.000Km, quando temos necessidade de mais 80.000 a 100.000Km de ferrovia. E a falta de um conceito macro na concepção de região metropolitana dentro de uma forma integrada e cada um puxando para o seu umbigo caracteriza essa ineficiência que estamos vivenciando, esse caos relacionado à questão da mobilidade, da acessibilidade, principalmente nos centros urbanos.

Penso que esse é um conceito que precisa ser estabelecido e aprofundado, desde a questão das rodovias, das ferrovias, dos portos e aeroportos, o transporte de massa, para que realmente possamos atingir aquele que mais sofre, que é o pagador de impostos, o cidadão comum.

Por isso parabenizo v.exa. pelo tema abordado.

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Muito obrigado.

O Sr. Deputado Dieter Janssen - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Pois não!

O Sr. Deputado Dieter Janssen - Nobre deputado Carlos Chiodini, vou falar rapidamente, para não tomar o espaço da sua fala, mas não poderia deixar

de contribuir, já que somos da mesma cidade, da mesma região, ou seja, de Jaraguá do Sul.

Nós, quando secretário e vereador, já discutimos muito, inclusive com v.exa., essa questão do trânsito da nossa cidade, que é bastante difícil de trabalhar, porque estamos cercados por morros, temos dois rios, temos um trilho que passa no meio da cidade, o que dificulta muito o deslocamento dos nossos trabalhadores. Já trabalhamos muito essa questão do transporte público, inclusive das ciclofaixas, defendendo que as pessoas deixem de utilizar tanto os veículos, porque a nossa taxa em Jaraguá do Sul é muito alta. É quase um veículo para cada morador ou cada habitante, e isso dificulta muito o deslocamento da classe trabalhadora.

Então, sempre vamos apoiar e parabenizar a sua fala com relação à questão da mobilidade urbana, um tema que realmente a nossa região precisa incentivar cada vez mais o debate.

Precisamos ter mais pontos de ônibus, mais veículos adaptados aos deficientes físicos; precisamos ter preocupação com relação à temperatura, ao ar condicionado dos ônibus, para dar mais qualidade às pessoas que o utilizam. Enfim, temos que ter orgulho de andar de ônibus, senão, daqui a pouco vamos acabar achando que ao trafegarmos de carro no centro da cidade não precisaremos mais respeitar a faixa de pedestre.

Deputado, parabéns pela sua fala, pois entendo que é por esse caminho que o Brasil tem que caminhar.

Muito obrigado!

O SR. DEPUTADO CARLOS CHIODINI - Quero agradecer a v.exa. o aparte e dizer que não poderia ser diferente, ou seja, que todos somos defensores e apoiadores das iniciativas que venham dar melhor qualidade de vida às pessoas.

(Continua lendo.)

"Essa nova ferramenta vem a somar nessa luta. Já perdemos muito tempo na questão da mobilidade urbana e conseqüentemente ficamos para trás. Precisamos agora estar junto aos 293 municípios de Santa Catarina, 295 no ano que vem, auxiliando e

trabalhando para que esses problemas diminuam. Somente a nova política nacional de mobilidade urbana não adiantará, se ela não vier acompanhada de uma série de mudanças, sejam elas, entendo, primeiramente, de comportamentos, educação e também de quebra de conceitos, revalorizando a importância do transporte coletivo.

Sr. presidente, de acordo com a lei, as diretrizes não poderão ser diretamente impostas aos municípios, pois os mesmos têm autonomia e competência para definir as regras do transporte urbano. Mas o objetivo é contribuir para o acesso universal à cidade, ao fomento, à concretização das condições que contribuam para a efetivação dos princípios, dos objetivos, das diretrizes da política de desenvolvimento urbano por meio do planejamento e da gestão democrática do sistema nacional de mobilidade urbana.

Além disso, o governo federal poderá condicionar o repasse de investimentos em alguns projetos e planos municipais de transportes baseados na política nacional de mobilidade urbana.

Entre as novidades da lei existe a exigência de planos de mobilidade urbana para os municípios com mais de 20.000 habitantes, que antes era imposto somente para as grandes cidades com mais de 500.000 habitantes.

Segundo a reportagem da revista CNT, com essa nova regra serão 1.663 municípios no Brasil trabalhando com as políticas públicas de mobilidade urbana, o que vai gerar, evidentemente, um avanço e uma unificação nos projetos.

É necessário apoiar esses mecanismos para que essa discussão saia de pauta e vá diretamente para o trabalho e à aplicação. Deve ser realizado a muitas mãos, pois é preciso acreditar que ainda podemos melhorar, e muito temos a melhorar, a mobilidade urbana dos nossos municípios.

Sou defensor, sempre fui e continuo sendo do aprofundamento das políticas de transporte coletivo e dos investimentos em infraestrutura para viabilizar e comportar todo esse contingente de automóveis, motocicletas, ônibus, que fazem

parte do modal de transporte rodoviário coletivo que tomam conta do Brasil e que para suportar o crescimento brasileiro que está ao nível da China é necessário integralmente esses investimentos.”

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado.

Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são reservados ao PDT.

(Pausa)

Na ausência de deputados do PDT, passaremos ao espaço destinado ao PP.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, representante do sul do estado, por até oito minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, sras. deputadas e srs. deputados, quero corroborar e entrar na esteira do deputado que me antecedeu, deputado Carlo Chiodini, com relação à questão da mobilidade urbana no estado com os seus conceitos.

Eu estava, nesta manhã de hoje, antes da reunião da comissão de Orçamento, lendo o *Diário Catarinense*, da colunista Roberta Kremer, que discorre sobre o tema túnel subaquático.

(Passa a ler.)

“Proposta será protocolada para análise

Um túnel ligando a ilha ao continente, sem a necessidade de aterro, ao contrário do antigo plano da quarta ponte.

Essa é uma proposta que será protocolada pela empreiteira Queiroz Galvão junto ao governo do estado em um manifesto de interesse em tocar o projeto. A ideia é ligar a Beira-Mar norte até a altura do Supermercado Angeloni, no bairro Capoeiras, de forma subaquática e subterrânea, em um total de 4,3 quilômetros de extensão.

Um esboço foi apresentado na segunda-feira ao governador Raimundo Colombo e secretários estaduais. De acordo com o secretário de Desenvolvimento Regional, Renato Hinnig, pela proposta haveria um acesso à BR-101 e o custo seria arcado por meio de pedágio. Hinnig ressaltou

que o governador se interessou pela ideia, mas se mostrou contrário à cobrança.

O novo desafio será realizar a obra em uma parceria público-privada buscando outra fonte de financiamento. No caso da quarta ligação, a empreiteira comercializaria parte dos 2,7 milhões de metros quadrados de aterro que uniriam a ponte à BR-101, em Biguaçu. Neste caso, a licitação para o projeto básico foi suspenso pelo governo do Estado, depois que o Tribunal de Contas começou a investigar a concorrência.

- O custo do túnel não seria muito superior ao da quarta ponte (R\$ 1,1 bilhão). O governador solicitou à Queiroz Galvão que protocolasse uma manifestação pública para ser submetida à análise jurídica - conta Hinnig.

O secretário da Fazenda, Nelson Serpa, explica que a manifestação pública de interesse está prevista na Lei das parcerias público-privadas, mas nunca utilizada em SC. A administração pode publicar no Diário Oficial a solicitação de manifesto para empresas apresentarem soluções. Mas o governo é obrigado a oficializar o mesmo direito a outros interessados.

Para o advogado especializado em direito administrativo, Joel de Menezes Niebuhr, é um artifício interessante para o governo conhecer as tecnologias do mercado e a viabilidade econômica sem onerar os cofres públicos."

Fala-se em túnel subaquático, fala-se em quarta ponte, daqui a pouco irão falar de quinta ponte, mas é preciso, deputado Altair Guidi, v.exa. que é um grande arquiteto, foi um grande prefeito que fez uma transformação importante no município de Criciúma e é conhecedor do assunto, fazer uma reflexão e aprofundar esse debate, estabelecer alguns conceitos e a quebra de alguns paradigmas que estão presentes no dia a dia; é preciso ser estabelecido um conceito integrado de região metropolitana para a solução desses problemas, deputado Edison Andrino.

Não podemos trabalhar pontualmente, especificamente, em cada umbigo; é preciso ter uma visão macro nesse conceito, inclusive alicerçado

em uma lei que foi aprovada nesta Casa, que estabelece alguns parâmetros e até a facilidade de captação de recursos na esfera federal.

Poderão vir uma, duas, três, quatro, cinco pontes, e nunca teremos uma solução definitiva para o problema de mobilidade e acessibilidade na Grande Florianópolis, se não abrirmos essa caixa e aprofundarmos esse debate, pensarmos grande e dissermos o que queremos, qual o conceito que precisamos estabelecer com relação à questão da mobilidade na Grande Florianópolis e nas grandes cidades catarinenses.

A providência divina nos concedeu uma coisa maravilhosa de estarmos cercados de água, de baías, e poderíamos estabelecer um parâmetro de transporte náutico integrado ao transporte urbano de massa, facilitando e dando condições de acessibilidade de preço mais flexível ao cidadão usuário desse sistema.

Mas é preciso rever alguns conceitos, como, por exemplo, o Aeroporto Hercílio Luz. Será que aquele é o lugar certo para ele estar lá estabelecido? Por que não pensar grande e desafogar o trânsito, levando-o para mais próximo da BR-101, para Biguaçu ou Palhoça? Quanto grandes investimentos haveria? Quer dizer, estamos inchando cada vez mais esse problema, em vez de reverter a situação dentro de um conceito, estabelecendo-se um plano diretor integrado com os municípios circunvizinhos à nossa querida ilha de Santa Catarina.

Por essa razão, vejo que o tema é muito mais complexo e que o estado precisa capitanear esse processo, ser o incentivador da sociedade e promover segurança jurídica. Porque investidor não falta. É preciso abrir as PPPs - Parcerias Público-Privadas, sim! Não existe outra maneira. Essa é a grande verdade. O cobertor é curto e precisamos atacar prioridades, parcerias com propósitos específicos.

Mas para isso há necessidade da segurança jurídica em todos os segmentos. E esse é o dever dos entes estadual, federal e municipal. É nessa condição que precisamos estabelecer esse debate,

abrir essa conversação, porque de outra forma vejo um futuro muito negro.

Estamos atingindo o "ranking" de pior cidade do país em mobilidade urbana e acessibilidade. E na região nem se fala, pois nos horários de pico trafegam na Ponte Pedro Ivo Campos mais veículos do que na Ponte Rio Niterói.

Então, é humanamente impossível resolvermos essa situação, se não aprofundarmos esse debate, irmos ao mérito da questão e abrirmos essa discussão com a sociedade. Mas o governo precisa capitanear esse processo.

Era isso o que eu tinha a dizer, sr. presidente e srs. deputados.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado!

Passaremos à Ordem do Dia.

As matérias constantes da pauta da Ordem do Dia desta manhã serão transferidas para o período da tarde.

Passaremos à Explicação Pessoal.

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Moacir Sopelsa.

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - Deputado Reno Caramori, quero dizer que estamos recebendo a visita, hoje, do ex-ex-prefeito, ex-deputado, ex-conselheiro e ex-presidente do Tribunal de Contas, Luiz Suzin Marini. Neste momento, estamos aqui com quatro ex-prefeitos. E se continuarem chegando, vamos estar aqui com muitos deputados ex-prefeitos.

Quero desejar ao amigo Luiz Suzin Marini as boas-vindas e uma boa estada na nossa Casa!

Muito obrigado, deputado Reno Caramori!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado Moacir Sopelsa, pelo registro. Temos certeza de que o ex-deputado Luiz Suzin Marini sente-se muito bem neste Parlamento,

tendo em vista a sua passagem por aqui com bons trabalhos.

O Sr. Deputado Dirceu Dresch - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Dirceu Dresch.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Também quero cumprimentar o nosso amigo Luiz Suzin Marini e registrar a presença, nesta Casa, do vereador Justino Pereira da Luz, do município de Jaraguá do Sul, do Partido dos Trabalhadores, nosso pré-candidato a prefeito, que nos está prestigiando com a sua visita.

Gostaria de parabenizá-lo pelo trabalho e agradecer a sua presença nesta Casa.

Muito obrigado!

O Sr. Deputado Neodi Saretta - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra, pela ordem, o deputado Neodi Saretta.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente, quero registrar a visita de uma comitiva, liderada pelo vereador de Araranguá, que está aqui para participar da reunião da comissão de Turismo e Meio Ambiente, que será realizada em seguida. Inclusive, convido os deputados da comissão para, tão logo terminar a Ordem do Dia, irmos para a sala de imprensa, aonde a comissão de Turismo e Meio Ambiente vai-se reunir também com a presença das lideranças de Araranguá.

Muito obrigado, sr. presidente!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Está feito o registro.

Deputado Neodi Saretta, as matérias da Ordem do Dia já foram transferidas para o período da tarde.

Com a palavra o primeiro orador inscrito em Explicação Pessoal, deputado Altair Guidi, por dez minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR GUIDI - (Passa a ler.)

"Sr. presidente, srs. deputados e sras. deputadas, continuando aquele trabalho que estamos

desenvolvendo sobre a qualidade da educação, trago uma informação veiculada na revista *Veja*, na edição de 11 de janeiro de 2012: no "ranking" da ONU sobre a qualidade da educação, o Brasil ocupa o 88º lugar dentre todos os países que integram aquela organização. Na nossa frente estão países como a Bolívia, o Equador e o Paraguai, cujos níveis de desenvolvimento e de média de qualidade de vida estão muito aquém dos nossos. É uma situação que deveria nos envergonhar, porque ela é incompatível para um país que almeja posicionar-se entre as cinco maiores economias do mundo.

A exemplo desse "ranking" divulgado pela ONU, outro indicador que reflete a calamitosa qualidade da educação no Brasil é o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, promovido pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - Ocde. Ele compreende a aplicação de provas de Matemática, Ciências e Leitura, para jovens de 15 anos de idade.

A primeira avaliação realizada no ano 2000 envolveu 32 países, entre eles o Brasil, que obteve a pior avaliação, classificando-se em 32º lugar. Na avaliação realizada em 2009, envolvendo 65 países, o Brasil se classificou entre a quinquagésima terceira e a quinquagésima sétima posições.

Para aferir a qualidade da educação básica no Brasil, o ministério da Educação criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, o Ideb, que é calculado a partir de notas atribuídas aos alunos em provas de Português e Matemática, conjugado com os chamados indicadores de fluxo da escola, compreendendo promoção, repetência e evasão. O índice é aplicado e divulgado a cada dois anos separadamente para cada um dos ciclos da educação básica: as séries iniciais, de 1ª a 4ª, e as séries finais, de 5ª a 8ª, do ensino fundamental e séries finais do ensino médio.

Nas três avaliações já realizadas em 2005, 2007 e 2009 - e os resultados da avaliação de 2011 ainda não foram divulgados -, Santa Catarina alcançou resultados muito bons, se comparados aos

dos estados do sul e do sudeste, acrescidos do estado de Minas Gerais e do Distrito Federal.

No "ranking" desses estados alcançamos para as séries iniciais o sexto lugar em 2005, o quarto em 2007 e novamente em sexto lugar em 2009. Para as séries finais alcançamos o primeiro lugar nas avaliações de 2005 e 2007 e o segundo lugar na de 2009. E para as séries finais do ensino médio alcançamos o primeiro lugar em 2005 e em 2007 e o terceiro lugar em 2009. Mas não vamos iludir-nos. Somos apenas os melhores dentre os piores."

Infelizmente, essa é a realidade! Ao falar, mais uma vez, sobre a qualidade da educação, quero que a Assembleia cobre um pouco a qualidade do ensino, para que a secretaria da Educação, hoje, não passe a ser única e exclusivamente um repasse de recursos para a construção de prédios e que melhore de fato a educação.

Tenho insistido, e é até pouco simpático um político falar isso, em dizer que o governo paga mal os professores. Mas eles também não cumprem totalmente com a sua parcela. Estamos há décadas falando que o governo faz que paga e o professor faz que ensina.

Essa mentalidade e esse tipo de trabalho têm que ser modificados, se quisermos que o nosso país e o nosso estado venham a ocupar aquela posição de desenvolvimento econômico, social e político e que sejam enquadrados em níveis de melhor democracia, melhor ensino e melhor oportunidade para todos.

Vamos lutar, e acho que isso é de fundamental importância. Os governos falam muito em educação, mas ficam na conversa. O governo fala muito em saúde, e fica muito na conversa, principalmente o governo federal. O governo fala muito em segurança, mas o brasileiro vive inseguro, até pela falta da educação.

Muito obrigado, sr. presidente!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Jailson Lima.

(Pausa)

Na ausência do deputado Jailson Lima, com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Dirceu Dresch, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente e srs. deputados, estávamos conversando com os deputados José Milton Scheffer e Dieter Janssen sobre o problema dos avicultores da região de Jaraguá do Sul. Tivemos uma audiência pública na semana passada e estamos tentando fazer uma série de atividades e ações para ajudar a amenizar esse impacto da crise para esses avicultores.

Então, estávamos conversando sobre os encaminhamentos e as audiências que estamos propondo amanhã.

Deputado Reno Caramori, temos sempre essa sensibilidade com esse povo da agricultura, com essa categoria que produz alimentos. São eles que alimentam o povo brasileiro, e a maioria vive em pequenas propriedades. Hoje eles colocam mais de 70% dos alimentos na mesa da população brasileira. Portanto, esse setor precisa da atenção desta Casa, da atenção dos nossos colegas que também estão empenhados na resolução dessas questões.

Além disso, quero parabenizar v.exa., deputado Reno Caramori, que preside esta sessão. Não pude estar presente ontem à noite na sessão em sua homenagem, concedendo-lhe o título de Cidadão Catarinense. Agora v.exa. é um cidadão catarinense de verdade.

Eu quero falar sobre uma notícia que precisa ter uma repercussão nesta Casa, que foi o corte nos juros que o governo federal está anunciando e que já está em execução na política nacional, no sistema financeiro.

Essa decisão do governo somente é possível porque temos dois grandes bancos públicos no Brasil. Hoje pela manhã acompanhei, através de um canal de televisão, uma entrevista com o superintendente regional da Grande Florianópolis, Roberto Carlos Ceratto, que divulgou que a Caixa Econômica Federal tem adotado essa política importante e imediata. Hoje são mais de 25 mil pessoas no Brasil que têm financiamento com a Caixa Econômica Federal. Então, não é pouca coisa.

A Caixa Econômica Federal tem, hoje, mais de 50 milhões de clientes no Brasil, além do próprio Banco do Brasil. E os dados que estamos vendo são surpreendentes, com a perspectiva de redução de taxas.

Vejam esse exemplo para a pessoa física: no Banco do Brasil a taxa do cartão de crédito, que antes era de 3,96% a 13,62%, agora ficou fixa em 3%. Na Caixa Econômica Federal antes estava em 12,86% e agora ficou em 2,85%. Então, são mais de 80% de redução das taxas do cartão de crédito, além das taxas de crédito consignado também e de outros financiamentos. No caso do financiamento de veículos, de 1,24% a 3,79%, agora foi para de 0,99% a 2,65%.

Então, são reduções importantes, e eu sempre digo que essa condição do governo brasileiro somente é possível porque ainda há empresas públicas que podem puxar para frente essa perspectiva, e os bancos privados depois, necessariamente, também acompanham.

É claro que há controvérsias, debates de economistas dizendo que uma redução de juros muito grande pode causar inadimplência e uma corrida ao financiamento, e que isso no futuro poderá dar problemas. Os juros altos sempre foram usados como pretexto para segurar a inflação. Então, há todo esse debate.

Agora, os empresários e a população têm reclamado muito dos juros altos. Nós já reduzimos muito as taxas de juros e não dá para esconder isso aqui. Iniciamos isso no governo do presidente Lula, e agora a presidenta Dilma Rousseff tem dado continuidade a essa perspectiva de redução da taxa de juros no Brasil, e isso é importante para os investimentos e para o capital de giro das empresas.

Mas esse corte drástico dos juros bancários é extraordinário para o futuro do Brasil. Com certeza, essa redução das taxas não cria nenhuma crise. Pelo contrário, devido ao momento do crescimento que o Brasil vive na economia, com uma perspectiva muito positiva de aumento da geração de emprego e renda, de distribuição de renda e de

melhoria de poder aquisitivo da população pobre no Brasil, há essa condição de redução de juros.

Então, queremos cumprimentar e parabenizar o ministro Guido Mantega pela seriedade com que está conduzindo a economia brasileira e por mais essa posição clara de corte de juros que vem sendo destacada em toda imprensa nacional, repercutindo de maneira extremamente positiva também pelo mundo afora.

Outros países chamados de primeiro mundo ainda não saíram da recessão, como os Estados Unidos e a própria Espanha, estando com a taxa de desemprego acima de 20%. O Brasil está com um dos índices menores de desemprego em toda a sua história.

Essas iniciativas da redução das taxas de juros e o incentivo à indústria nacional anunciado há uma semana são, com certeza, extremamente positivos para o futuro do nosso país.

Então, acreditamos que o Brasil tomou um rumo extremamente seguro de crescimento sustentável, de crescimento não explosivo, de crescimento de 3%, 4%, 5% ao ano. E o Brasil comporta isso e pode continuar com esse crescimento.

Portanto, quero registrar essa perspectiva e valorizar essa decisão, porque foi motivo de muitas cobranças e debates nesta Casa a questão dos juros altos para o capital de giro das nossas empresas e recursos para investimentos. E isso se cria devido a essa nova condição do nosso país, tanto o apoio ao setor industrial brasileiro para fortalecer a nossa indústria interna, quanto a redução de juros e de taxas bancárias, que é uma necessidade no Brasil.

O ministro Guido Mantega tomou essa decisão acertadíssima e queremos, de fato, avaliar como uma decisão extremamente positiva para a economia, para as condições de vida do povo brasileiro, para a geração de emprego e renda para o nosso povo brasileiro. E ele tem que ser sempre o centro da estratégia do nosso desenvolvimento. O nosso crescimento ocorre quando os trabalhadores conseguem melhorar a sua condição de vida. Diz um ditado que é importante que se governe para

melhorar a vida das pessoas. Somente há sentido governar se for para melhorar a vida do povo.

Com certeza, essas decisões acertadas que o nosso governo federal está tomando estão fazendo com que a nossa presidenta Dilma Rousseff tenha uma aprovação recorde, extraordinária, passando dos 80% de aprovação. O povo está concordando com as decisões que o governo está tomando, porque com elas está-se melhorando a sua vida, tanto na área de habitação quanto na área de saneamento.

Na próxima semana teremos a presença de vários ministros, do presidente da Caixa Econômica Federal, anunciando investimentos para o nosso estado de Santa Catarina; são mais de R\$ 400 milhões em saneamento básico.

Sempre dizem - e esse é o motivo por que o nosso saneamento básico está tão baixo - que obras embaixo da terra não dão muito voto, porque as pessoas não enxergam. O ex-presidente Lula começou uma nova perspectiva no Brasil com o PAC para investir justamente em saneamento básico, porque isso significa melhoria na condição de vida, significa mais saúde, mais qualidade de vida.

Portanto, é isso, sr. presidente, que eu gostaria de registrar, no dia de hoje.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - com a palavra a sra. deputada Angela Albino.

(Pausa)

Na ausência da sra. deputada Angela Albino, com a palavra o deputado Valmir Comin.

(Pausa)

Na ausência do deputado Valmir Comin, com a palavra o deputado Serafim Venzon.

(Pausa)

Na ausência do deputado Serafim Venzon, com a palavra o deputado Dieter Janssen, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIETER JANSSEN - Sr. presidente, srs. deputados, não poderia deixar de vir a esta tribuna para parabenizá-lo pela homenagem na data de ontem, à qual estive presente, mas não tive a oportunidade de usar da

palavra. E como o mais novato deputado desta Casa não poderia deixar de usar este momento para dizer que aprendemos muito com v.exa. É uma honra estar nesta Casa com deputados experientes, com seis mandatos e como ex-prefeito municipal.

Então, com certeza, quando nos questionam em nossa cidade sobre a validade desse rodízio dos deputados, temos colocado que justamente essa experiência com políticos mais experientes que repassam para nós mais jovens que estamos aí participando pela primeira vez, ou até como em nosso caso já estamos aqui desde 2010, com uma passagem por aqui, com certeza, é de suma importância esse aprendizado, esse convívio com v.exa.

Quero deixar registrado que uma das aulas que tivemos do deputado Reno Caramori nesta Casa foi no dia em que s.exa. usou a tribuna para falar sobre a araucária.

Então, dentre os vários temas que v.exa. discursou, o da araucária realmente me chamou muito atenção, pelo conhecimento que v.exa. tem. E ontem no currículo vi que v.exa. tem bastante conhecimento na causa agrícola de Santa Catarina, em araucária. Aquele momento me marcou bastante. É um dos assuntos que escutamos v.exa. comentar que, com certeza, também nos engrandeceu. Há também a causa dos bombeiros voluntários. E nós, em conjunto com v.exa., encampamos essa briga por tão importante causa em Santa Catarina.

Então, com certeza, a data de ontem foi muito oportuna para homenageá-lo como Cidadão Catarinense.

Marcou-me muito na data de ontem, deputado, de acordo com suas palavras, a questão que v.exa. não via nenhum motivo, não via nenhum orgulho, não via nada de interessante com relação à honestidade, com relação à honradez, com relação ao respeito ao cidadão porque essas são qualidades obrigatórias de todo agente público. E para permanecer por tantos anos nesta Casa, com certeza a população viu no deputado Reno Caramori essa credibilidade, reconduzindo este deputado tantas vezes a esta Casa.

Então, isso nos deixa feliz, porque também trabalhamos nessa linha em Jaraguá do Sul, sempre pautado na ética, na boa conduta com o dinheiro público. Realmente é esse respeito para com os nossos eleitores, esse retorno, que tanto esperam dos políticos, desta classe que está tão desprestigiada em nosso país.

Mas escutando a fala desse tão conceituado deputado mostra o que a população realmente está vendo e dá-nos ânimo para continuar nessa luta, nessa briga, seguindo aí os ensinamentos do nosso grande deputado Reno Caramori.

Então, fica aqui os nossos parabéns e a toda a sua família que, com certeza, muito segurou as lágrimas quando seu irmão falou. Inclusive, seu irmão é prefeito de Chapecó, o que mostra que a população realmente confia na família Caramori.

Quero também aproveitar para rapidamente colocar a questão da discussão dos nossos avicultores. Preocupa-nos muito essa questão no município de Jaraguá do Sul, que hoje é o foco do problema.

Temos 198 famílias que praticam essa atividade na nossa região. E conversando com o deputado Dirceu Dresch e com o deputado José Milton, falamos em manter os nossos poucos agricultores que não se renderam à nossa indústria, que ainda produzem grãos, bananas, aves, suínos. Enfim, se ainda queremos manter essas famílias no campo, precisamos agir com muita rapidez, porque nesse exato momento passam por dificuldades algumas atividades.

Estivemos no município de Maçaranduba, na segunda-feira à noite, participando da reunião da Associação Comercial Agrícola de Maçaranduba, na Câmara de Vereadores. E colocaram aos rizicultores a dificuldade que estão tendo para se manter no mercado. É outra cultura que temos que nos debruçar, conversar com o secretário da Agricultura João Rodrigues.

Neste momento, acho que o mais importante desde dezembro foram os nossos agricultores que receberam a notícia de que a unidade da Ceval, no município de Jaraguá do Sul, deixou de funcionar.

E desde lá eles estão com esse problema de caixa, estão com os seus financiamentos nos bancos vencendo. E o sustento de sua família também é retirado daquele manuseio. Enfim, precisamos com urgência da atenção desta Casa legislativa.

Amanhã, às 14h, teremos uma audiência com o secretário da Agricultura, deputado João Rodrigues, que esteve ontem na homenagem ao deputado Reno Caramori, quando conversamos com ele e passamos a necessidade dos agricultores.

Então, amanhã às 14h iremos conversar sobre esse assunto com o secretário, para que possamos chegar a um consenso juntamente com a empresa, fazendo com que a empresa se comprometa com as pessoas que possuem financiamento junto aos bancos, para que até o final do seu financiamento a empresa seja parceira desses avicultores, para que eles possam fazer frente a esses investimentos. E também, com certeza, outros assuntos entrarão em pauta. E quanto à questão dos rizicultores, que possamos também aproveitar o momento e questionar o secretário da Agricultura de que maneira o estado pode-se fazer mais presente.

Sabemos do interesse, dos bons olhos do nosso governador Raimundo Colombo. Mas temos que levar esses problemas e com certeza na data de amanhã tentar solucioná-los para que principalmente essas 198 famílias que são da nossa região saiam daqui com uma esperança, que possam levar para suas famílias algo concreto, algo positivo, para que possam realmente continuar nas suas culturas.

Então seriam essas as minhas palavras e também, com certeza, reforçar os parabéns ao nosso grande líder, grande deputado que ontem foi homenageado, o nosso deputado Reno Caramori.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Reno Caramori) - Muito obrigado, deputado, por suas palavras.

Quero aproveitar e agradecer a presença dos srs. deputados na noite de ontem, para prestigiar um colega. Deputado Dieter Janssen, nesta Casa se aprende sempre. Estou aqui há 21 anos e continuo

aprendendo, portanto, v.exa. tenha a certeza de que sua estada aqui, representando sua região, orgulha-nos muito. Espero tê-lo aqui definitivamente, se bem que v.exa. tem uma missão agora a cumprir lá no seu município e tenho certeza de que com muito sucesso.

Mas esta Casa é um eterno aprendizado; aprendemos juntos com todos os problemas que vão surgindo, em conjunto os 40 deputados com o mesmo objetivo, que é o bem-estar da nossa sociedade, fazendo justiça, respeitando sempre o nosso cidadão e a nossa cidadã. Por isso, mais uma vez agradeço aos colegas, deputados e deputadas, que nos acompanharam na noite de ontem.

Quem não veio perdeu a degustação de um grande vinho, e faço essa referência porque é um produto de Santa Catarina. Nós servimos um vinho espumante da Villagio Grando, lá da minha terra, com a qualidade dos vinhos de altitude, como os de São Joaquim, de Campos Novos, de Água Doce e de Caçador, que são vinhos de primeiro mundo, podemos assim considerá-los. Faço esse registro para também mostrar que o produto de Santa Catarina já está no mercado internacional - a Panceri, de São Joaquim, e a Villagio Grando já estão exportando.

Por isso quero aqui me congratular com esses abnegados fabricantes de vinhos de altitude, tanto quanto os vinhos de mesa que são produzidos na nossa região, no vale do vinho e no sul do estado. Falo isso porque somos agora mais catarinenses, porque adotamos Santa Catarina, e me dizia o Moacir Sopelsa que existem gaúchos que, ao se dirigirem ao Paraná e ao Mato Grosso, cansaram e ficaram em Santa Catarina, mas não foi o meu caso. Saímos do Rio Grande com destino certo em Santa Catarina.

Quero agradecer aos catarinenses que nos receberam de braços abertos quando aqui chegamos, na década de 60, lá na querida Caçador. Há 21 anos moro aqui em Florianópolis, representando a nossa região. Por isso deixo aqui o meu abraço aos catarinenses e a todos aqueles a quem posso servir como catarinense, porque adotei essa terra como terra-mãe.

Eu dizia ontem que ninguém escolhe o lugar para nascer, mas escolhe o lugar para morrer.

Não há mais oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para hoje, às 14h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.